

Brasil emitirá US\$ 1 bi em abril

Foto: Ruy Baron



Malan abriu caminho para bônus

Títulos vão ser o teste efetivo da recuperação da credibilidade do País. Papéis serão lançados ainda na primeira quinzena, com vencimento de um ano

O Banco Central está preparando para os próximos dias o lançamento de US\$ 1 bilhão

em bônus globais, possivelmente com prazo de vencimento de um ano. A captação, prevista para a primeira quinzena de abril, será o segundo passo da equipe econômica para reabrir o mercado externo às empresas brasileiras, que vêm encontrando dificuldades para conseguir crédito no mercado internacional desde a moratória da Rússia, em agosto de 1998.

O primeiro ato em busca de credibilidade aconteceu na semana passada. O ministro da Fazenda, Pedro

Malan, e o presidente do BC, Armínio Fraga Neto, lideraram um corpo-a-corpo da equipe econômica junto a clientes e analistas de 90 bancos internacionais, nos Estados Unidos, Europa e Ásia. As "visitas" aos banqueiros desenrolaram-se paralelamente à reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (-BID), realizada em Paris.

Depois de muita conversa, o Governo brasileiro e financiadores externos firmaram um compromisso de cavalheiros. A comunidade finan-

ceira internacional não vai retirar mais linhas de financiamento de curto prazo do Brasil nos próximos seis meses. E o país terá que produzir bons resultados fiscais já nesse período, para provar que os novos termos do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) serão mesmo cumpridos. Assim, assegurou-se a permanência de pelo menos US\$ 27 bilhões nas mãos da iniciativa privada até agosto.

O diretor de Assuntos Internacionais do BC, Daniel Gleizer, que

participou da missão de convencimento dos investidores estrangeiros, confirma que, durante os encontros, os bancos internacionais fizeram várias propostas para a iminente captação brasileira. Essas propostas, detalha, melhoravam a cada nova reunião da equipe econômica com os financiadores. "As condições hoje são melhores do que há vinte dias", comemora, sem entrar em detalhes, Gleizer, cujo desempenho durante o road show foi considerado brilhante por banqueiros e colegas de Governo.

Dinheiro do BIS pode ter atraso

O Governo brasileiro ainda não tem garantida a liberação de US\$ 9 bilhões do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) ao final deste mês. É que US\$ 4,5 bilhões devem ser liberados pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS), o que ainda não tem data para acontecer. O dinheiro que será destinado agora pelo FMI tem prazo total mais curto do que aquele emprestado em janeiro.

Em meados de janeiro, o Brasil sacou US\$ 9,4 bilhões do acordo internacional de US\$ 41,5 bilhões para os próximos três anos. Deste total, US\$ 4,8 bilhões vieram do FMI, US\$ 4,2 bilhões do BIS e US\$ 400 milhões do Banco do Japão. Agora, há apenas a expectativa de que os dólares do BIS que reúne 19 países - sejam liberados junto com o empréstimo do FMI.

"Ainda não há uma palavra final sobre isto", diz o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier. A parcela do FMI, de US\$ 4,5 bilhões, ainda espera uma aprovação da direção do Fundo, mas é considerada como "líquida e certa". Será um pouco menor que a de janeiro porque sairá integralmente do mecanismo de empréstimo do tipo "Supplemental Reserve Facility" (SRF). Este recurso tem vencimento em torno de um ano e meio e juros maiores, próximos de 7,5% ao ano. A parcela de janeiro era formada também pelo empréstimo do tipo "Stand By", que tem juros de 4,5% ao ano e vencimento em até cinco anos.

O Governo brasileiro espera apenas a aprovação do empréstimo pela

direção do Fundo para divulgar os detalhes do acordo, expressos no Memorando Técnico de Entendimento. No texto, o Governo revelará que tipos de "ações estruturais" foram acertadas e que tipo de dados terão que ser enviados para o FMI. No Memorando anterior, as ações estruturais eram, por exemplo, o envio da regulamentação das reformas administrativa e previdenciária para o Congresso.

De acordo com Bier, os dólares do acordo com o FMI funcionam como um "empréstimo-ponte" para a normalização da situação do balanço de pagamentos. "Agora, é natural que a gente queira acelerar o processo de normalização dos fluxos, disse ele.

O secretário de Política Econômica negou, no entanto, que a redução de impostos para os estrangeiros que aplicam no Brasil esteja relacionada com estes fluxos. Segundo Amaury Bier, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) tinha uma função reguladora que deixou de ser necessária com o câmbio flutuante. O IOF sobre os fundos de renda fixa de capital estrangeiro caiu de 2% ao ano para 0,5% e o governo manteve a isenção de Imposto de Renda nestas aplicações.

"O papel do IOF era o de inibir a entrada de capitais de curtíssimo prazo, que não interessam ao Brasil. Os investidores conheciam a política de câmbio e podiam fazer um cálculo bastante preciso de seus ganhos. Com a flutuação, a própria volatilidade do câmbio é suficiente para criar incertezas e inibir estes investimentos", diz Bier.